



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

SÍNTESE INFORMATIVA DO EDITAL

Órgão Gerenciador	Prefeitura Municipal de Cataguases – UASG 984305
Processo licitatório n°	143/2024
Pregão Eletrônico n°	081/2024 - Compras Governamentais 90081
Critério de julgamento	Menor preço por item
Data e horário de abertura para lances:	11/11/2024. Início: 09h (nove horas) Local: www.comprasgovernamentais.gov.br
Local:	www.comprasgovernamentais.gov.br
Objeto do certame	Contratação de profissional de serviço social ou sociologia para elaboração e execução do PTS - Projeto de Trabalho Social e do PDST - Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Cataguases-MG.
Valor global estimado	R\$ 84.000,00
Informações gerais	Na internet, no site www.cataguases.mg.gov.br e e-mail: pregaocataguases@gmail.com , telefones (32) 3429 2500 Ramal 149 e 150
Referência de tempo	Horário de Brasília
Fundamentação Legal	14.133 de 01 de abril de 2021

- **A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR EM SUA PROPOSTA, OBRIGATORIAMENTE, ENDEREÇO DE E-MAIL VÁLIDO.**
- Alguns itens podem apresentar alguma divergência entre a descrição do sistema Comprasnet e o termo de referência, **sendo a aceita o item ofertado de acordo com o TERMO DE REFERENCIA e a PROPOSTA COMERCIAL – ANEXO II.**



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2024 (90081)

Processo nº: 143/2024

Data de Abertura para lances: 11/11/2024

Horário: 09 (nove) horas

Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

O **MUNICÍPIO DE CATAGUASES**, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES**, com endereço a Praça Santa Rita, 462 – Centro – Cataguases (MG), por intermédio de seu agente de contratação denominado Pregoeiro o Sr. Neimar Garcia de Oliveira, Pregoeira Substituta a Sra. Janete Aparecida Garcia e Equipe de Apoio, designados pela portaria nº 625/2023, torna público aos interessados a abertura do **Processo Licitatório nº 143/2024**, na modalidade **Pregão na forma ELETRÔNICA nº 081/2024, Tipo Menor Preço, com objeto de contratação de profissional de Serviço Social ou Sociologia para elaboração e execução do PTS - Projeto de Trabalho Social e do PDST - Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Cataguases-MG**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Municipal nº 4.946 de 2023, Decreto Municipal nº 5.805 de 2023, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste presente Edital.

1. DO OBJETO DO PREGÃO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **contratação de profissional de serviço social ou sociologia para elaboração e execução do PTS - Projeto de Trabalho Social e do PDST - Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Cataguases-MG**, conforme especificado no Termo de Referência e demais anexos, que fazem parte deste Edital independentemente de transcrição.

1.2. A licitação será por item, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, quando houver mais de um.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. A descrição complementar dos itens constantes da Relação de Itens encontra-se no anexo I do Termo de Referência e anexo II modelo de proposta.

1.5. Aplicar-se-á ao presente procedimento os Princípios legalidade, impessoalidade, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, publicidade, eficiência, oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, sempre objetivando o melhor resultado possível para a Administração Pública de Cataguases.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Cataguases – UASG 984305

2.2 Os recursos do Órgão Gerenciador para cobrir as despesas decorrentes da aquisição objeto desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária a ser definida por cada secretaria responsável:

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Administração

UNIDADE: 02 - ELEMENTO DE DESPESA: 65 - FONTE DE RECURSOS: 3.3.90.39



3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados, pessoa física ou jurídica que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.6. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Cataguases, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.7 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.8 Não poderão participar desta licitação os seguintes interessados:

3.8.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.8.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

3.8.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9 O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12 O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.14 A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.15 O objeto social e/ou cnae deve ser compatível com o objeto do certame.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 8 e seus subitens.

4.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

4.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.16 **Vistoria**

4.16.1 Os licitantes interessadas poderão vistoriar os locais onde serão realizados os serviços. A vistoria deverá ser marcada previamente por intermédio do e-mail licitacao@cataguases.mg.gov.br, para que possa ocorrer na presença de servidor da prefeitura designado para tal.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

I. O prazo para a marcação da vistoria deverá ser de, no mínimo, 24 horas (vinte quatro horas) antes da vistoria a ser realizada e só deverá acontecer até 48 horas (quarenta e oito horas) antes do início do certame.

II. Não realizada a vistoria ou não obedecidos os prazos previstos para a sua marcação ou realização, considerar-se-á que todos os concorrentes aceitaram as condições em que se encontram os veículos.

4.16.2 O fato de licitante deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto.

5. DA DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor total do item/lote;

5.1.2 Marca;

5.1.3 Descrição do objeto, contendo as informações, que podem ser similares ou de qualidade superior às especificações/informações do Termo de Referência, **ANEXO I deste edital**.

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante, para todos os efeitos legais.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9.1.1 Na licitação por lote, o preço da proposta de preços vencedora de cada um dos itens que o compõem não pode ultrapassar o preço de referência unitário, salvo quando, justificadamente, o sobrepreço for irrelevante e o lote em seu preço global for vantajoso para a Administração.

5.10 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

- 6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR DO ITEM**.
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa "**aberto e fechado**".
- 6.12. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.22. Caso um fornecedor integre contrato utilizado para a formação do preço estimado ou tenha apresentado orçamento para tanto, a sua contratação somente será permitida se o valor ofertado na consulta eletrônica for igual ou menor aquele que compõe o preço de referência, salvo justificativa constante nos autos.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE-MG;

d) Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais (CAGEF), gerenciado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG; só induzirá ao impedimento de licitar e de contratar com o Município de Cataguases caso a referida penalidade seja a declaração de inidoneidade.

e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

f) Cadastro Municipal de Empresas Inidôneas e Suspensas

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.6 deste edital.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

- 7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1 conter vícios insanáveis;
 - 7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
- 7.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.8.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - 7.9.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
 - 7.9.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
 - 7.9.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.13 **Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.**



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

7.14 **Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.**

7.15 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8 DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser anexados na plataforma do Compras Governamentais quando for solicitado pelo pregoeiro, e deverão ser apresentados em original quando for solicitado.

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9 A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1 Nível I – Credenciamento:

8.9.1.1 Pessoa jurídica

8.9.1.1.1 Inscrição CNPJ

8.9.1.1.2 CPF do(s) dirigente (es), sócio(s)

8.9.1.2 Pessoa física

8.9.1.2.1 Documento RG e CPF caso for pessoa física.

8.9.2 Nível II – Habilitação Jurídica (caso for pessoa jurídica);

8.9.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

8.9.3 Nível III - Regularidade Fiscal Federal e trabalhista:

8.9.3.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Federal (Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional-Dívida Ativa) e INSS.

8.9.3.2 Prova de Regularidade relativa a Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

8.9.3.3 Prova de Regularidade Trabalhista (CNDT).

8.9.4 Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual e Municipal:

8.9.4.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

8.9.4.2 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal.

8.9.5 Nível V - Da Qualificação Técnica

8.9.5.1 O profissional a ser contratado deverá ser graduado em serviço Social ou Sociologia sendo necessário a apresentação da comprovação da graduação através de diploma;

8.9.5.2 Possuir experiência através de atestados de qualificação técnica, podendo ser mais de um, que comprovem:

- I. Ações socioeducativas em intervenções de saneamento e de habitação e na elaboração e execução de Projetos Técnicos Sociais;
- II. Experiência técnica específica na elaboração e execução de PTS e PDST;
- III. Capacidade profissional em projetos semelhantes.

8.9.5.3 O profissional deverá possuir registro ativo perante o Conselho da Classe, nesse caso o Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, sediado na região da sede da licitada.

8.9.5.3.1 Profissionais da área que atuam localmente têm maior facilidade em estabelecer parcerias e interagir com outras instituições e serviços, otimizando a articulação intersetorial necessária para o sucesso do projeto. A inclusão da exigência de que o assistente social ou sociólogo tenha registro ativo no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) da região onde se encontra a sede da licitada é fundamental para garantir a efetividade e a adequação dos serviços a serem prestados no âmbito do Projeto Extravasar .

8.9.5.3.1.1 Conhecimento da Realidade Local: Profissionais registrados na região possuem um entendimento mais profundo das dinâmicas sociais, culturais e econômicas da comunidade. Isso é essencial para a elaboração de um Plano de Trabalho (PTS) e Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDST) que sejam realmente eficazes e que atendam às necessidades específicas da população local.

8.9.5.3.1.2 Responsabilidade Ética e Legal: O registro no CRESS assegura que o profissional está habilitado e que atende aos requisitos éticos e técnicos exigidos pela profissão. Isso garante a qualidade do trabalho realizado e a proteção dos direitos da população atendida. Embora essa exigência possa ser vista como uma restrição à competitividade, é importante destacar que a contratação de profissionais que estejam inseridos no contexto regional não apenas assegura a qualidade dos serviços, mas também promove a inclusão social e a valorização dos profissionais locais. Essa abordagem contribui para a construção de um projeto mais sustentável e alinhado com as realidades e desafios da comunidade.

8.9.5.4 Declaração formal por escrito informando que possuirá, se for declarada vencedora no prazo de 15 dias úteis após a assinatura do contrato, uma sala "escritório" na cidade de Cataguases, enquanto estiver realizando o trabalho social, e que possui aparelhamento disponível para a execução do objeto da licitação.

8.9.5.4.1 **As instalações da contratada poderão ser fiscalizadas pelo fiscal do contrato.**

8.5.5.5 A qualificação técnica será analisada pela secretaria solicitante e responsável pelo solicitação e acompanhamento dos trabalhos.



8.9.6 Qualificação Econômica-Financeira:

8.9.6.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.9.6.2 Pessoa jurídica: Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (demonstrações contábeis) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.9.6.2.1 Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e Demonstração do Resultado do Exercício que apresentem valores dos 2 (dois) últimos exercício, conforme art. 176, § 1º da Lei 6.404/76 e inciso I do art. 69 da Lei 14.133/2021 e assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

8.9.6.2.2. Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

8.9.6.2.3 Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício.

8.9.6.2.4 Quando a empresa for Microempreendedor Individual (MEI)

8.9.6.2.4.1 O Microempreendedor Individual com base no art. 68 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 é considerado **pequeno empresário**, pelo qual **faz jus a dispensa de apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis** em observância ao §2º do art. 1.179, do Código Civil.

8.9.6.2.4.2 **O Microempreendedor Individual é obrigado a comprovar através do Comprovante de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) e a Declaração Anual do Simples Nacional DASN SIMEI dos últimos dois anos, sob pena de desclassificação.**

8.9.6.2.3 Quando se tratar de MEI inscrito há menos de dois anos, os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício.

8.9.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.9.8 Documentação Complementar:

8.9.8.1 Serão exigidas, ademais, dos licitantes PESSOA JURÍDICA as declarações dos arts 62 e ss da NLLC abaixo:

8.9.8.1.1 Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis. **(conforme modelo anexo IV)**

8.9.8.1.2 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. **(conforme modelo anexo V)**



Prefeitura de Cataguases Secretaria de Fazenda

8.9.8.1.3 Declaração de que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. **(conforme modelo anexo VI)**

8.9.8.1.4 Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal ou societário, servidor do Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021. **(conforme modelo anexo VII)**

8.9.8.1.5 Declaração que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Chefe do Poder Executivo Municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; **(conforme modelo anexo VIII)**

8.9.8.1.6 Declaração que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; **(conforme modelo anexo IX)**

8.9.8.1.7 Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante. **(conforme modelo anexo X)**

8.9.8.1.8 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; **(conforme modelo anexo XI)**

8.9.8.2 Serão exigidas, ademais, dos licitantes PESSOA FÍSICA a declaração conforme Anexo XX

8.10 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.11 A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (DUAS HORAS), prorrogável por igual período desde que solicitado pelo licitante dentro do prazo determinado e concedido pelo Agente de Contratação.

8.13 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.14 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.15 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.16 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.17 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):



8.17.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.17.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.18 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.19 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo determinado.

8.20 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.21 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.22 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.23 Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro poderá fixar às licitantes, respeitando a ordem de classificação, o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de documentos exigidos, corrigido das causas de sua desclassificação.

9. DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.1.1 o licitante poderá, ao final da sessão e no prazo de até 10 (dez) minutos, recorrer das decisões tomadas durante a sessão da licitação;

9.3.1.2 o agente de contratação examinará a aceitabilidade do recurso na sessão, podendo:

a) recusá-lo, se:

1. relativo a decisões e atos anteriores à sessão;

2. ausentes os requisitos de admissibilidade do recurso, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

b) rever a decisão questionada, praticando os atos necessários;

c) receber o recurso, encaminhando-o para decisão após o fim do prazo para apresentação das razões e contrarrazões recursais.

9.3.2 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.3 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.cataguases.mg.gov.br.

10 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 O objeto da licitação será adjudicado/homologado ao licitante declarado vencedor, pela Autoridade Competente.

11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. A garantia mínima dos serviços conforme termo de referência.

12. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

12.2 Poderá ser substituído a marca/modelo do produto, quando for o caso, objeto do contrato, a requerimento do Contratado, desde que fique comprovada a impossibilidade ou dificuldade momentânea ou definitiva de obtenção do produto anteriormente contratado, nas condições pactuadas, seja ofertado novo produto com características equivalentes ou superiores às do anterior, e qualquer acréscimo financeiro seja de responsabilidade do contratado conforme legislação vigente.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

15.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico.

14. DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento decorrente da concretização desta licitação será efetuado pelo Setor Financeiro da Prefeitura Municipal de Cataguases, por processo legal, **no prazo de 30 (trinta) dias** após a apresentação da Nota Fiscal, desde que atendidas as exigências do Edital.

14.2 A Nota Fiscal/Fatura terá que ser emitida, obrigatoriamente, com o número de inscrição no CNPJ apresentado para a Habilitação, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz, salvo se, no caso de tributos e contribuições das filiais, quando, a empresa estiver autorizada a centralizá-los em sua Matriz ou Sede;

14.3 Os documentos comprovando tal centralização deverão ser fornecidos pelos órgãos competentes, constando da documentação apresentada na Habilitação.

14.4 A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado será prevista e indicada no processo, pela área competente da Prefeitura Municipal de Cataguases, sendo:

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Administração

UNIDADE: 02 - ELEMENTO DE DESPESA: 65 - FONTE DE RECURSOS: 3.3.90.39

14.5 Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à empresa adjudicatária carta de correção quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada no prazo de 2 (dois) dias úteis.

14.6 Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.



14.7 O valor estimado para contratação é de R\$ 86.799,96 (oitenta e quatro mil reais), de acordo com o mapa analítico anexo.

14.8 No preço proposto já deverão estar incluídos todos os custos necessários para o cumprimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

14.9 A empresa deverá observar e cumprir o Decreto 5.811/2023 para as emissões da NF em relação às retenções do IR.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, conforme disposto nos arts. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

15.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1 advertência;

15.2.2 multa;

15.2.3 impedimento de licitar e contratar;

15.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que **aplicou a penalidade**.

15.2.5 na aplicação das sanções serão considerados:

15.2.6 a natureza e a gravidade da infração cometida;

15.2.7 as peculiaridades do caso concreto;

15.2.8 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.2.9 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.2.10 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.3 A sanção prevista no item 15.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.3.1 dar causa à inexecução parcial do contrato; 10% do valor da parcela inadimplida;

15.3.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; 15% do valor do contrato;

15.3.3 dar causa à inexecução total do contrato; 20% do valor do contrato;

15.3.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame; 5% do valor do contrato;

15.3.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; 10% do valor do contrato;

15.3.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; 5% do valor do contrato;

15.3.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; 10% do valor do contrato;

15.3.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; 30% do valor do contrato;

15.3.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; 30% do valor do contrato;

15.3.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; **30% do valor do contrato**;

15.3.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; **30% do valor do contrato**;

15.3.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; 30% do valor do contrato;

15.4 A sanção prevista no item 15.3.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos 15.3.1, 15.3.2, 15.3.3, 15.3.4, 15.3.5 e 15.3.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.4.1 A sanção prevista no item 15.3.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos 15.3.8, 15.3.9, 15.3.10, 15.3.11 e 15.3.12 do caput do art. 155 da lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.4.2 A sanção estabelecida no item 15.3.4 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

15.4.2.1 quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência da autoridade competente.

15.4.2.2 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

15.4.2.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.4.2.4 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município.

15.5 As infrações e sanções deverão ser apuradas por uma comissão processante nomeada para as atribuições.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico www.cataguases.mg.gov.br, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por meio de endereço eletrônico: pregaocataguases@gmail.com

16.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

17.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.9 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.compras.gov.br e www.cataguases.mg.gov.br

17.10 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Modelo de proposta de preços;

Anexo III – Minuta de Termo de Contrato/Ata de registro de preços

Anexo IV - MODELO DE DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Anexo V - MODELO DE DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGO

Anexo VI - MODELO DE DECLARAÇÃO ATENDIMENTO DE DIREITOS TRABALHISTAS

Anexo VII - MODELO DE DECLARAÇÃO SERVIDOR PUBLICO

Anexo VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO VÍNCULO DE NATUREZA ECONOMICA

Anexo IX - MODELO DE DECLARAÇÃO CONDENAÇÃO DE 05 CINCO ANOS.

Anexo X - MODELO DE DECLARAÇÃO SANÇÕES VIGENTES

Anexo XI - MODELO DE DECLARAÇÃO NÃO EMPREGA MENOR

Anexo XII - Cotação de preços/Mapa analítico

Anexo XIII - Estudo técnico preliminar (ETP)

Anexo XIV - Decreto 5.811/2023 (IR)

Anexo XV - Termo de referência e demandas

Anexo XVI - Relação dos itens no ComprasGovernamentais

Anexo XVII - Lei 4.853/2022

Anexo XVIII - Lei 4.971/2023

Anexo XIX - Parecer jurídico abertura do processo

Anexo XX - Declaração caso for pessoa física

18 O FORO

18.1 O Foro competente para dirimir as controvérsias desse Edital é o da Comarca de Cataguases, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 10.153/2.009 ou do art. 59, da Lei Complementar Estadual nº 059/2001.

Cataguases, 24 de outubro de 2024.

José Henriques
Prefeito de Cataguases



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2024 (90081)

• ELABORADO PELO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA DE CATAGUASES-MG.

TERMO DE REFERÊNCIA - LEI 14.133/2021
MODALIDADE - Pregão Eletrônico

IDENTIFICAÇÃO DO DEMANTANTE

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Administração

SETOR REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Administração

ASSUNTO: Contratação de profissional de Serviço Social ou Sociologia para elaboração e execução do PTS - Projeto de Trabalho Social e do PDST - Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial

1. OBJETO DO CONTRATO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente documento tem por finalidade definir os elementos que nortearão a realização de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, para a contratação de profissional de Serviço Social ou Sociologia para **ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PTS - PROJETO DE TRABALHO SOCIAL E DO PDST - PLANO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO TERRITORIAL**, que atuará no projeto de construção de um extravasor no Córrego Lava Pés, localizado na Avenida Astolfo Dutra, Centro em Cataguases, conforme normas estabelecidas na portaria 464/2018, Anexo II.

DESCRIÇÃO	QNT. (Meses)	UND.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL	CATSER
Contratação de Assistente Social ou Sociólogo com experiência comprovada na prática profissional em ações socioeducativas em intervenções de saneamento e de habitação, para a Elaboração e Execução do Projeto de Trabalho Social - PTS e do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST, para integrar a equipe técnica da obra de saneamento integrado no projeto do Extravasor no Córrego Lava Pés na Avenida Astolfo Dutra em Cataguases.	12	SV	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00	23124

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei 14.133/2021.

1.3. O objeto se enquadra de acordo com o artigo 6 da Lei 14.133/2021, como sendo:

XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O município de Cataguases é afetado, pelo menos uma vez por ano, por fortes chuvas que causam enchentes que afetam vias públicas, pontes, estradas e também à população ribeirinha. O local onde será realizada a obra do extravasor, fica localizado no centro da cidade, local faz parte do Perímetro Tombado da cidade, onde funciona um comércio pulsante e é via para vários bairros e para a saída da cidade.

2.2. O córrego Lava Pés corta as Avenidas João Inácio Peixoto, Humberto Mauro, Astolfo Dutra e Rua Nogueira Neves e com qualquer chuva mais intensa o córrego transborda, causando transtornos para o comércio local, incluindo Escolas, transeuntes e moradores.

2.3. O trabalho a ser feito pelo profissional a ser contratado compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária.

2.4. O Trabalho Social de que trata esse Projeto aplica-se a intervenção de Drenagem Urbana Sustentável e Manejo de Águas Pluviais: nos projetos que envolvam as diversas fases de implantação e ampliação de sistemas que provoquem interferências diretas nas condições de vida da população.

2.5. A contratação do profissional para a prestação de serviços técnicos sociais de obras de intervenções de saneamento, se faz necessária diante da deficiência de profissional qualificado no quadro de servidores efetivos da Prefeitura de Cataguases, para a elaboração e execução das ações e etapas do Projeto de Trabalho Social - PTS e do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST.

2.6. Conforme Portaria nº 464/2018 do Ministério das Cidades, é de responsabilidade do Município a realização do Trabalho Social de forma direta ou indireta. Optou-se pela realização no regime de execução indireta, sob responsabilidade da



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

Secretaria da Administração, através da contratação, via processo licitatório do profissional da área social, que atuará sob a coordenação de um profissional técnico da Prefeitura de Cataguases para auxiliar no planejamento, acompanhar e monitorar a execução do projeto.

2.7. Os trabalhos serão norteados pela legislação vigente, normativas relacionados a intervenções e saneamento objetos de operações de repasse/financeiro.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem como finalidade viabilizar a contratação de um profissional de Serviço Social ou Sociologia para o desenvolvimento e implementação eficaz do Projeto de Trabalho Social - PTS e do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST, relacionados à implantação de um extravasor no Córrego Lava Pés, no município de Cataguases. A contratação visa mitigar os impactos ambientais e sociais decorrentes da obra, promovendo um desenvolvimento sustentável na região, de acordo com as diretrizes da Portaria 464.

3.2. A necessidade de contratação deste profissional surge da complexidade técnica do projeto, em consonância com o Anexo II da Portaria 464, que regulamenta a obrigatoriedade de execução de Trabalho Social em obras de saneamento integrado. A implantação do extravasor no Córrego Lava Pés é uma intervenção significativa que exige a presença de um profissional capacitado para articular ações socioeducativas, participação comunitária e desenvolvimento socioterritorial.

3.3. O Projeto de Construção do extravasor visa mitigar os impactos socioambientais decorrentes das intervenções de drenagem e saneamento no Córrego Lava Pés, assegurando que os benefícios dessas ações sejam amplamente distribuídos à população. A região afetada é uma via estratégica, fundamental para o deslocamento entre bairros e saída da cidade.

3.4. Esta obra implica em mudanças significativas na infraestrutura e dinâmica social da região. As principais questões a serem abordadas incluem:

3.4.1. Impactos na população e comércio local, com possíveis alterações na rotina diária dos habitantes e na economia local.

3.4.2. Transformações socioeconômicas, demandando soluções inclusivas e adaptativas para a população afetada.

3.4.3. Questões culturais e ambientais, considerando práticas locais que devem ser respeitadas e integradas ao projeto.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. O Projeto de Construção do extravasor no Córrego Lava Pés tem como objetivo principal mitigar os riscos de alagamento e melhorar a infraestrutura de drenagem da região. Este projeto afetará diretamente a rotina da população e comércio local, tornando necessária a presença de um Assistente Social ou Sociólogo para garantir que as intervenções sejam conduzidas com sensibilidade social.

4.2. O profissional contratado será responsável pela elaboração e implementação do PTS e PDST, com foco na realização de diagnósticos sociais, engajamento comunitário e promoção de soluções sustentáveis que minimizem os impactos negativos e maximizem os benefícios para a população.

4.3. A presença desse profissional é crucial para garantir que o projeto não apenas atenda às metas ambientais e de infraestrutura, mas também seja sensível às necessidades e realidades da população, tendo um papel vital em:

4.3.1. Realização de Diagnósticos Precisos: Conduzir estudos aprofundados sobre as condições sociais e territoriais, oferecendo uma base sólida para a elaboração do PTS e do PDST.

4.3.2. Facilitação da Participação Comunitária: Engajar a população local no processo de desenvolvimento, assegurando que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades sejam integradas nas estratégias do projeto.

4.3.3. Promoção de Soluções Sustentáveis: Propor intervenções que minimizem os impactos negativos e maximizem os benefícios sociais e econômicos, promovendo um desenvolvimento equilibrado e respeitoso com as especificidades locais.

4.4. A contratação de um Assistente Social ou Sociólogo é um componente chave dessa solução, garantindo que os projetos de Trabalho Social e Desenvolvimento Socioterritorial sejam elaborados e implementados com a profundidade e sensibilidade necessárias.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO

5.1. O profissional a ser contratado deverá ser graduado em Serviço Social ou Sociologia sendo necessário a apresentação da comprovação da graduação através de diploma;

5.2. Possuir experiência através de atestados de qualificação técnica, podendo ser mais de um, que comprovem:

I. Ações socioeducativas em intervenções de saneamento e de habitação e na elaboração e execução de Projetos Técnicos Sociais;

II. Experiência técnica específica na elaboração e execução de PTS e PDST;

III. Capacidade profissional em projetos semelhantes.

5.3. O profissional deverá possuir registro ativo perante o Conselho da Classe, nesse caso o Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, sediado na região da sede da licitada.

5.3.1 Profissionais da área que atuam localmente têm maior facilidade em estabelecer parcerias e interagir com outras instituições e serviços, otimizando a articulação intersetorial necessária para o sucesso do projeto. A inclusão da exigência de que o assistente social ou sociólogo tenha registro ativo no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) da região onde se encontra a sede da licitada é fundamental para garantir a efetividade e a adequação dos serviços a serem prestados no âmbito do Projeto Extrasor .

5.3.1.1 Conhecimento da Realidade Local: Profissionais registrados na região possuem um entendimento mais profundo das dinâmicas sociais, culturais e econômicas da comunidade. Isso é essencial para a elaboração de um Plano de Trabalho (PTS) e Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDST) que sejam realmente eficazes e que atendam às necessidades específicas da população local.

5.3.1.2 Responsabilidade Ética e Legal: O registro no CRESS assegura que o profissional está habilitado e que atende aos requisitos éticos e técnicos exigidos pela profissão. Isso garante a qualidade do trabalho realizado e a proteção



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

dos direitos da população atendida. Embora essa exigência possa ser vista como uma restrição à competitividade, é importante destacar que a contratação de profissionais que estejam inseridos no contexto regional não apenas assegura a qualidade dos serviços, mas também promove a inclusão social e a valorização dos profissionais locais. Essa abordagem contribui para a construção de um projeto mais sustentável e alinhado com as realidades e desafios da comunidade.

5.4. Declaração formal informando que possuirá, se for declarada vencedora no prazo de 15 dias úteis após a assinatura do contrato, uma sala “escritório” na cidade de Cataguases, enquanto estiver realizando o trabalho social, e que possui aparelhamento disponível para a execução do objeto da licitação.

5.4.1. As instalações da contratada poderão ser fiscalizadas pelo fiscal do contrato.

5.5. Os licitantes interessadas poderão vistoriar os locais onde serão realizados os serviços. A vistoria deverá ser marcada previamente por intermédio do e-mail administracao@cataguases.mg.gov.br, para que possa ocorrer na presença de servidor da prefeitura designado para tal.

I. O prazo para a marcação da vistoria deverá ser de, no mínimo, 24 horas (vinte quatro horas) antes da vistoria a ser realizada e só deverá acontecer até 48 horas (quarenta e oito horas) antes do início do certame.

II. Não realizada a vistoria ou não obedecidos os prazos previstos para a sua marcação ou realização, considerar-se-á que todos os concorrentes aceitaram as condições em que se encontram os veículos.

5.5.2. O fato de licitante deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto.

5.6. A qualificação técnica será analisada pela secretaria solicitante e responsável pelo solicitação e acompanhamento dos trabalhos.

6. PLANO DE TRABALHO E METODOLOGIA DA CONTRATADA

6.1. A contratada deverá apresentar Plano de Trabalho e Metodologia no prazo de 60 dias corridos podendo ser prorrogado desde que autorizado pela administração, por meio de texto dissertativo, consoante o universo dos trabalhos previsto neste documento, em termos de abrangência, localização e conteúdo/escopo, deverá demonstrar também o seu entendimento do problema nos seus aspectos técnicos e logístico.

6.1.1. Texto dissertativo que indique a relação das atividades e tarefas necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos (etapas de execução), no qual deve informar às diretrizes que apontem a solução dos problemas encontrados. O plano de trabalho deverá demonstrar, de forma clara, o seu alcance e abrangência em relação ao todo o objeto e escopo desta licitação.

6.1.2. O plano de trabalho deve também equacionar as dificuldades advindas das inter-relações entre as etapas de execução, consoante com o cronograma de atividade apresentada nos PTS e no PDST.

6.2. DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS

6.2.1. O licitante deverá apresentar os documentos discriminados a seguir em 15 dias corridos para o fiscal do contrato.

6.2.1.1. Texto com no mínimo 5 (cinco) e no máximo 40 (quarenta) páginas, referente ao conhecimento do problema por parte da licitante.

6.2.1.2. Texto de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 40 (quarenta) páginas, incluindo planilhas, desenhos e/ou gráficos referentes à metodologia da licitante para consecução do objeto deste termo.

6.3. EXIGÊNCIAS E CONDIÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO PTS E PDST

6.3.1. O PTS deve conter, no mínimo, os itens a seguir:

6.3.1.1. Identificação: dados cadastrais do proponente/agente executor, localização da intervenção.

I. Na macroárea (que inclui a poligonal de intervenção), por meio de metodologias rápidas e participativas ou dados secundários:

a) Existência e características dos impactos ambientais identificados, quando for o caso;

b) Outras informações avaliadas como necessárias pelo Proponente/Agente executor para subsidiar a análise dos impactos sociais e as medidas necessárias.

6.3.1.2. Justificativa: discorrer brevemente sobre a proposta de trabalho social em relação à intervenção a ser realizada e sua relação com o contexto do projeto e os problemas da área;

6.3.1.3. Objetivos: definir os objetivos geral e específicos do trabalho social em relação à intervenção proposta;

6.3.1.4. Ações e estratégias de execução: deverão ser definidas a partir dos resultados obtidos pelo diagnóstico sócio territorial, descrevendo as atividades, os mecanismos, a metodologia, técnicas e instrumentos a serem utilizados e a sequência de operacionalização, considerando o conteúdo descrito nos 4 (quatro) eixos do Anexo II da Portaria 464/2018.

6.4. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL – PDST

6.4.1. O PDST deverá conter, no mínimo, o descrito nos itens a seguir:

6.4.1.1. Identificação: Profissional responsável pelo Trabalho Social, dados do empreendimento, da macroárea;

6.4.1.2. Objetivos: definidos como base nas articulações intersetoriais e na mobilização/fortalecimento, como metas de curto, médio e longo prazo;

6.4.1.3. Ações e estratégias de execução: definidas a partir dos resultados obtidos pela caracterização da macroárea e pelo diagnóstico das famílias beneficiárias, descrevendo as atividades, a metodologia, as técnicas e os instrumentos a serem utilizados, como base no conteúdo descritos nos quatro eixos;

6.4.1.4. Monitoramento: deve explicitar os mecanismos que deverão utilizados pelo Ente Público para monitorar as ações do PDST, considerando os objetivos de curto, médio e longo prazo, assim como os arranjos de gestão definidos;

6.4.1.5. Equipe de trabalho social: com descrição das atividades/ atribuições do responsável técnico/ Coordenador do trabalho social e de cada integrante, além das respectivas formações profissionais;



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

6.4.1.6. Orçamento: contendo os custos das ações/atividades a serem implementadas, distinguindo as que serão executadas com recursos do trabalho social das que serão realizadas com recursos complementares, especificadas as fontes dos recursos;

6.4.1.7. Cronograma físico-financeiro: contendo o tempo e custos de execução de todas as ações/atividades previstas no PDTS.

6.4.2. O PDTS deverá ser apresentado para análise e aprovação até 30 dias após o período de execução do PTS, ou seja a partir da ordem de serviço emitida pelo município.

6.5. DESCRIÇÃO DOS EIXOS E ATIVIDADES DO PDTS

6.5.1. Os eixos e atividades descritos são orientadores da elaboração do PDST, integrante do PTS, cabendo à coordenação do Trabalho Social e a Caixa Econômica Federal a aprovação das ações detalhadas definidas para o PDST após a fase de orientação, diagnóstico territorial, visando ao atendimento das particularidades sociais, econômicas, culturais e ambientais da área de intervenção.

6.5.2. Todas as atividades descritas são parâmetros mínimos para as ações a serem detalhadas no PDTS.

6.5.3. Dessa maneira, a critério da Coordenação Técnica da Caixa Econômica Federal, poderão ser incorporadas, com as devidas justificativas, novas atividades e ações específicas.

6.6. SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

6.6.1. O PTS e o PDST, cada documento, deverá ser apresentado em 3 (três) vias impressas e 1 (uma) via digitalizada.

6.6.2. Os relatórios mensais da ação realizada deverão ser entregues em 3 (três) vias impressas e 1 (uma) via digitalizada.

6.6.3. A elaboração e entrega dos relatórios e documentos deverão oferecer elementos quantitativos e qualitativos para o monitoramento do trabalho social, não sendo admitidos rasuras e remendos nos referidos produtos/documentos.

6.6.4. O PTS, PDST, relatório de sistematização e demais documentos, deverão ser entregues na Secretaria de Administração na Prefeitura de Cataguases, para verificação e ateste pelo coordenador/ fiscal de contrato do trabalho social da contratante.

6.6.5. O projeto de trabalho social e o plano de desenvolvimento socioterritorial deverá ser elaborado de acordo com a Portaria 464/2018, e deverá conter de forma clara, as atividades, ação, horas técnicas, etc.

6.6.6. Caso seja necessário redimensionamento de atividades de ações, poderá ser proposta reprogramação de atividades, no entanto, a realização só deverá ocorrer após aprovação da Caixa Econômica Federal.

6.6.7. As atividades deverão estar de acordo com a portaria 464/2018 - Ministério das cidades e constar detalhamento no projeto, a opção metodológica, a escolha do instrumental, das estratégias e das técnicas a serem utilizadas para a implementação do trabalho social, deverá levar em conta, além dos aspectos técnicos e do tipo de intervenção, as peculiaridades culturais, sociais, econômicas e ambientais, identificadas a partir da caracterização e diagnóstico da área de intervenção e do diagnóstico sócio territorial da macroárea.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1.1. Não será admitida a subcontratação do todo ou partes do objeto contratual.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Compromete-se a entregar o objeto licitatório requisitado de acordo com as especificações previstas nesse Termo de Referência, sendo por sua conta e risco as despesas decorrentes do cumprimento do objeto contratual e ainda;

8.2. Arcar com eventuais prejuízos causados ao processo e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da proposta;

8.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

8.4. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidade apontadas pela contratante.

8.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões que se fizerem necessários.

8.6. Cumprir as exigências da fiscalização para a perfeita execução do serviço;

8.7. Cumprir as exigências da legislação trabalhista e segurança do trabalho com a população locais;

8.8. Responsabilizar-se por todas as despesas (instalação, transporte, vigilância, seguros, combustível, alojamento, refeições e outros) e encargos trabalhista e outros inerentes aos serviços.

8.9. Atender prontamente às solicitações da contratante, por escrito quando for solicitada.

8.10. Cumprir rigorosamente com todas as exigências dispostas no Termo de Referência.

8.11. Quando se fizer necessário e por iniciativa da contratada, a mudança nas especificações ou substituição de algum material por seu equivalente deverá ser apresentada por escrito, à fiscalização, e autor dos projetos, minuciosamente justificado. As solicitações deverão ser feitas em tempo hábil para que não prejudiquem o andamento dos serviços, dando causa às possíveis prorrogações de prazo. Compete em última instância a Secretaria requisitante decidir a respeito da substituição.

8.12. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos financeiros com pessoal, trabalhistas, previdenciários (contribuição social) e tributos bem como as repartições Públicas e Instituições Arrecadoras dos encargos decorrentes da execução dos serviços, não transfere ao contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente contrato.

8.13. Obriga-se a contratada a providenciar, suas expensas, junto às repartições competentes, todas as licenças e qualquer documentação necessária à execução dos serviços contratados, responsabilizando-se, em qualquer tempo, com as consequências que a sua falta ou omissão acarretarem. Tais documentos deverão ser entregues ao contratante até a aceitação dos serviços.

8.14. Assumir integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, como também pelos danos decorrentes da realização dos mesmos.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

8.15. Manter atualizada, durante a vigência do contrato, certidão negativa de débito - CND - quanto a tributos federais, estaduais e municipais, bem como das contribuições sociais e certificado de regularidade de FGTS, devidamente atualizadas junto ao setor de licitação da Prefeitura de Cataguases.

8.16. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Cabe a contratante à coordenação dos trabalhos desenvolvidos pela contratada, fazendo cumprir as exigências concernentes neste Termo de Referência.

9.1.1. Fica designada como Coordenadora do Trabalho Social e responsável pela fiscalização de contrato, a servidora Clarice Oliveira Leite Mendonça.

9.2. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, e efetuar os pagamentos nas condições e preço pactuados.

9.3. Coordenação dos trabalhos desenvolvidos pela contratada, fazendo cumprir as exigências concernentes neste Termo de Referência efetuando os pagamentos de acordos com a apresentação de relatórios das atividades e nota fiscal, sendo esses efetuados após avaliação dos referidos relatórios e anuência da Caixa Econômica Federal.

9.4. Observar para que seja mantida, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no presente Termo, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada.

9.5. Notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

9.6. Aplicar à contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

9.7. Emitir ordem de serviço para a contratada;

9.8. Prestar todas as informações necessárias à contratada para realização do serviço;

9.9. Receber ou rejeitar o serviço após verificar a execução e qualidade do mesmo;

9.10. Atestar a Nota Fiscal e envio da mesma ao setor competente para o pagamento.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O CONTRATADO apresentará a nota fiscal acompanhada da respectiva Autorização de Fornecimento do serviço emitida pela CONTRATANTE, a qual será verificada para conferência dos serviços efetivamente executados.

10.2. Após a devida conferência pelos setores competentes, o pagamento será realizado no prazo de até 30 dias úteis a contar da apresentação da respectiva nota fiscal/fatura devidamente atestada.

10.3. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

10.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

10.5. O pagamento será efetuado após avaliação dos referidos relatórios e anuência da Caixa Econômica Federal.

10.6. O prazo total de prestação dos serviços do objeto desta licitação será de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser este prazo prorrogado, a critério da Administração Municipal, e em conformidade com a legislação aplicável, nomeadamente o art. 105, da Lei 14.133/21, podendo seus valores serem corrigidos pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou outro índice que venha substituí-lo.

10.7. A Administração convocará o licitante nos termos e para os efeitos do art. 90, da Lei 14.133/21, para firmar o contrato, em até 5 (cinco) dias, contados da expedição desta convocação.

10.8. Na hipótese da adjudicatária se recusar a assinar o Contrato, na forma prevista neste instrumento convocatório, o Contratante, facultativamente, procederá a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, obedecido o disposto do art. 90 § 4º "I" da Lei 14.133/21.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor médio para a contratação será de **R\$ 86.799,96 (Oitenta e seis mil, setecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)** de acordo com os orçamentos anexados e Mapa Analítico constantes do Anexo I, sendo pagos em parcelas fixas.

11.2. No preço proposto já deverão estar incluídos todos os custos necessários para o cumprimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

12. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios da Secretaria de Administração deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Administração

UNIDADE: 02 ELEMENTO DE DESPESA: 65 FONTE DE RECURSOS: 3.3.90.39



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

MAPA ANALÍTICO

ITEM	UND.	QTD. (MÊS)	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
Ludmila da Silva Lima – CRESS/MG 11187				
1	SV	12	R\$ 7.500,00	R\$ 90.000,00
Alessandra Pereira Lisboa – CRESS 28103				
1	SV	12	R\$ 6.500,00	R\$ 78.000,00
Mariely Martins Costa – CRESS 11794				
1	SV	12	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
VALORES MÉDIOS			R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00

Emília de Sousa Menta
Secretária de Administração

Myrian Ap. de Souza Batista Marques
Elaboração do Termo de Referência

Clarice Oliveira Leite Mendonça
Fiscal do Contrato



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2024 (90081)

Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Data: 11 de novembro de 2024 **Horário:** 9 (nove) horas

Local: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

EMAIL:

DADOS BANCÁRIOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL:
1	Contratação de Assistente Social ou Sociólogo com experiência comprovada na prática profissional em ações socioeducativas em intervenções de saneamento e de habitação, para a Elaboração e Execução do Projeto de Trabalho Social - PTS e do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST, para integrar a equipe técnica da obra de saneamento integrado no projeto do Extravasar no Córrego Lava Pés na Avenida Astolfo Dutra em Cataguases.	12 MESES	SERVIÇO		

Declaramos para os devidos fins e sob as penas da lei que:

1- Estão incluídas, nos preços cotados, todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o cumprimento do objeto deste Pregão.

2- Será cumprido o fornecimento de acordo com a especificação da proposta e com o edital, a partir da assinatura do contrato.

3- Esta proposta tem validade de _____ dias. (mínimo 60 dias).

_____, ____ de _____ de 2024
(Cidade e data)

(representante legal)



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATAGUASES, POR MEIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES E _____, PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL OU SOCIOLOGIA PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PTS - PROJETO DE TRABALHO SOCIAL E DO PDST - PLANO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO TERRITORIAL, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE CATAGUASES-MG.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE CATAGUASES**, Estado de Minas Gerais, com sede à Praça Santa Rita, 462 – Centro, Cataguases (MG), CNPJ/MF 17.702.499/0001-81, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE**, representada neste ato pelo Exmo. Sr. Prefeito, José Henriques, e de outro lado _____, com endereço na _____, representado neste ato por _____, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 143/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Municipal nº 4.946 de 2023, Decreto Municipal nº 5.805 de 2023, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste presente Edital, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico 081/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (Art. 92, I e II)

1.1 Contratação de profissional de serviço social ou sociologia para elaboração e execução do PTS - Projeto de Trabalho Social e do PDST - Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Cataguases-MG, a saber:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL:
1	Contratação de Assistente Social ou Sociólogo com experiência comprovada na prática profissional em ações socioeducativas em intervenções de saneamento e de habitação, para a Elaboração e Execução do Projeto de Trabalho Social - PTS e do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST, para integrar a equipe técnica da obra de saneamento integrado no projeto do Extravisor no Córrego Lava Pés na Avenida Astolfo Dutra em Cataguases.	12 MESES	SERVIÇO		

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência do edital referente ao PL 143/2024;

1.2.2 A Proposta do contratado; e

1.2.3 Eventuais anexos dos documentos que compõem o processo.

CLÁUSULA SEGUNDA: VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir de e finalizado em

2.2 O contrato pode ser prorrogado de acordo com o art. 107 da Lei 14.133/2021 desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 A contratada deverá apresentar Plano de Trabalho e Metodologia no prazo de 60 dias corridos podendo ser prorrogado desde que autorizado pela administração, por meio de texto dissertativo, consoante o universo dos trabalhos previsto neste documento, em termos de abrangência, localização e conteúdo/escopo, deverá demonstrar também o seu entendimento do problema nos seus aspectos técnicos e logístico.

3.1.1 Texto dissertativo que indique a relação das atividades e tarefas necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos (etapas de execução), no qual deve informar às diretrizes que apontem a solução dos problemas encontrados. O plano de trabalho deverá demonstrar, de forma clara, o seu alcance e abrangência em relação ao todo o objeto e escopo desta licitação.

3.1.2 O plano de trabalho deve também equacionar as dificuldades advindas das inter-relações entre as etapas de execução, consoante com o cronograma de atividade apresentada nos PTS e no PDST.

3.2 DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS

3.2.1. O licitante deverá apresentar os documentos discriminados a seguir em 15 dias corridos para o fiscal do contrato.

3.2.1.1 Texto com no mínimo 5 (cinco) e no máximo 40 (quarenta) paginas, referente ao conhecimento do problema por parte da licitante.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

3.2.1.2 Texto de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 40 (quarenta) páginas, incluindo planilhas, desenhos e/ou gráficos referentes à metodologia da licitante para consecução do objeto deste termo.

3.3 EXIGÊNCIAS E CONDIÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO PTS E PDST

3.3.1 O PTS deve conter, no mínimo, os itens a seguir:

3.3.1.1 **Identificação:** dados cadastrais do proponente/agente executor, localização da intervenção.

I. Na macroárea (que inclui a poligonal de intervenção), por meio de metodologias rápidas e participativas ou dados secundários:

a) Existência e características dos impactos ambientais identificados, quando for o caso;

b) Outras informações avaliadas como necessárias pelo Proponente/Agente executor para subsidiar a análise dos impactos sociais e as medidas necessárias.

3.3.1.2 **Justificativa:** discorrer brevemente sobre a proposta de trabalho social em relação à intervenção a ser realizada e sua relação com o contexto do projeto e os problemas da área;

3.3.1.3 **Objetivos:** definir os objetivos geral e específicos do trabalho social em relação à intervenção proposta;

3.3.1.4 **Ações e estratégias de execução:** deverão ser definidas a partir dos resultados obtidos pelo diagnóstico sócio territorial, descrevendo as atividades, os mecanismos, a metodologia, técnicas e instrumentos a serem utilizados e a sequência de operacionalização, considerando o conteúdo descrito nos 4 (quatro) eixos do Anexo II da Portaria 464/2018.

3.4 PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL – PDST

3.4.1. O PDST deverá conter, no mínimo, o descrito nos itens a seguir:

3.4.1.1 **Identificação:** Profissional responsável pelo Trabalho Social, dados do empreendimento, da macroárea;

3.4.1.2 **Objetivos:** definidos como base nas articulações intersetoriais e na mobilização/fortalecimento, como metas de curto, médio e longo prazo;

3.4.1.3 **Ações e estratégias de execução:** definidas a partir dos resultados obtidos pela caracterização da macroárea e pelo diagnóstico das famílias beneficiárias, descrevendo as atividades, a metodologia, as técnicas e os instrumentos a serem utilizados, como base no conteúdo descritos nos quatro eixos;

3.4.1.4 **Monitoramento:** deve explicitar os mecanismos que deverão utilizados pelo Ente Público para monitorar as ações do PDST, considerando os objetivos de curto, médio e longo prazo, assim como os arranjos de gestão definidos;

3.4.1.5 **Equipe de trabalho social:** com descrição das atividades/ atribuições do responsável técnico/ Coordenador do trabalho social e de cada integrante, além das respectivas formações profissionais;

3.4.1.6 **Orçamento:** contendo os custos das ações/atividades a serem implementadas, distinguindo as que serão executadas com recursos do trabalho social das que serão realizadas com recursos complementares, especificadas as fontes dos recursos;

3.4.1.7 **Cronograma físico-financeiro:** contendo o tempo e custos de execução de todas as ações/atividades previstas no PDST.

3.4.2 O PDST deverá ser apresentado para análise e aprovação até 30 dias após o período de execução do PTS, ou seja a partir da ordem de serviço emitida pelo município.

3.5 DESCRIÇÃO DOS EIXOS E ATIVIDADES DO PDST

3.5.1 Os eixos e atividades descritos são orientadores da elaboração do PDST, integrante do PTS, cabendo à coordenação do Trabalho Social e a Caixa Econômica Federal a aprovação das ações detalhadas definidas para o PDST após a fase de orientação, diagnóstico territorial, visando ao atendimento das particularidades sociais, econômicas, culturais e ambientais da área de intervenção.

3.5.2 Todas as atividades descritas são parâmetros mínimos para as ações a serem detalhadas no PDST.

3.5.3 Dessa maneira, a critério da Coordenação Técnica da Caixa Econômica Federal, poderão ser incorporadas, com as devidas justificativas, novas atividades e ações específicas.

3.6 SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

3.6.1. O PTS e o PDST, cada documento, deverá ser apresentado em 3 (três) vias impressas e 1 (uma) via digitalizada.

3.6.2 Os relatórios mensais da ação realizada deverão ser entregues em 3 (três) vias impressas e 1 (uma) via digitalizada.

3.6.3 A elaboração e entrega dos relatórios e documentos deverão oferecer elementos quantitativos e qualitativos para o monitoramento do trabalho social, não sendo admitidos rasuras e remendos nos referidos produtos/documentos.

3.6.4 O PTS, PDST, relatório de sistematização e demais documentos, deverão ser entregues na Secretaria de Administração na Prefeitura de Cataguases, para verificação e ateste pelo coordenador/ fiscal de contrato do trabalho social da contratante.

3.6.5 O projeto de trabalho social e o plano de desenvolvimento socioterritorial deverá ser elaborado de acordo com a Portaria 464/2018, e deverá conter de forma clara, as atividades, ação, horas técnicas, etc.

3.6.6 Caso seja necessário redimensionamento de atividades de ações, poderá ser proposta reprogramação de atividades, no entanto, a realização só deverá ocorrer após aprovação da Caixa Econômica Federal.

3.6.7 As atividades deverão estar de acordo com a portaria 464/2018 - Ministério das cidades e constar detalhamento no projeto, a opção metodológica, a escolha do instrumental, das estratégias e das técnicas a serem utilizadas para a implementação do trabalho social, deverá levar em conta, além dos aspectos técnicos e do tipo de intervenção, as peculiaridades culturais, sociais, econômicas e ambientais, identificadas a partir da caracterização e diagnóstico da área de intervenção e do diagnóstico sócio territorial da macroárea.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do todo ou partes do objeto contratual.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

CLÁUSULA QUINTA - VALOR

5.1 O valor da contratação é de R\$ (.....).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, a saber:

6.1.1 O CONTRATADO apresentará a nota fiscal acompanhada da respectiva Autorização de Fornecimento do serviço emitida pela CONTRATANTE, a qual será verificada para conferência dos serviços efetivamente executados.

6.1.2 Após a devida conferência pelos setores competentes, o pagamento será realizado no prazo de até 30 dias úteis a contar da apresentação da respectiva nota fiscal/fatura devidamente atestada.

6.1.3 Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

6.1.4 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

6.1.5 O pagamento será efetuado após avaliação dos referidos relatórios e anuência da Caixa Econômica Federal.

6.1.6 O pagamento decorrente da concretização desta licitação será efetuado pelo Setor Financeiro da Prefeitura Municipal de Cataguases, por processo legal, no prazo de **30 (trinta) dias** após a apresentação da Nota Fiscal e prestação de serviços que será autorizada pela Secretaria solicitante.

6.1.7 Será feita uma verificação dos resultados de análise objeto da contratação recebida, se em conformidade com as especificações solicitadas.

6.1.8 Averiguada qualquer anormalidade, será emitido um termo de não recebimento, devendo nesta hipótese a contratada tomar as devidas providências necessárias visando à adequação de rigor, sem quaisquer ônus a Administração contratante ficando o recebimento definitivo e respectivo pagamento condicionado a efetiva adequação pertinente.

6.1.9 O recebimento definitivo não isenta a contratada da substituição necessária decorrente de impropriedade de materiais somente averiguada quando da efetiva utilização dos mesmos. Nesta hipótese, como de rigor, a contratada realizar as adequações que se fizerem necessária, sem ônus à Administração contratante.

6.1.10 Deverão ser enviadas juntamente com as Notas Fiscais as Certidões de Regularidade Fiscal e trabalhista.

6.1.10.1 A empresa fica desobrigada a apresentar os documentos acima, desde que as certidões estejam válidas no SICAF, onde o contratante poderá consultar.

6.1.10.2 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

6.1.11 Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada ao contratado carta de correção quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada no prazo 6.1.7. Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

6.1.12 Atender as exigências conforme Decreto 5.811/2023 e tributação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do início do presente contrato.

7.2 Em havendo interesse da Contratante em optar pela prorrogação do contrato, os preços serão reajustados pelo índice INPC, ou outro índice que o Governo Federal ou a Administração Municipal venha a adotar para os Contratos da espécie. Se o mês da assinatura do aditamento contratual não houver sido publicado o índice referido e sua variação, será usado a variação dos imediatamente 12 (doze) meses anteriores.

7.3 Os preços poderão sofrer reequilíbrio financeiro desde que comprovado pela empresa e análise feita pelo fiscal do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. Cabe a contratante à coordenação dos trabalhos desenvolvidos pela contratada, fazendo cumprir as exigências concernentes neste Termo de Referência.

8.2. Fica designada como Coordenadora do Trabalho Social e responsável pela fiscalização de contrato, a servidora Clarice Oliveira Leite Mendonça.

8.3. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, e efetuar os pagamentos nas condições e preço pactuados.

8.4. Coordenação dos trabalhos desenvolvidos pela contratada, fazendo cumprir as exigências concernentes neste Termo de Referência efetuando os pagamentos de acordos com a apresentação de relatórios das atividades e nota fiscal, sendo esses efetuado após avaliação dos referidos relatórios e anuência da Caixa Econômica Federal.

8.5. Observar para que seja mantida, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no presente Termo, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada.

8.6. Notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

8.7. Aplicar à contratada as penalidades regulamentares e contratuais.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

- 8.8. Emitir ordem de serviço para a contratada;
- 8.9. Prestar todas as informações necessárias à contratada para realização do serviço;
- 8.10. Receber ou rejeitar o serviço após verificar a execução e qualidade do mesmo;
- 8.11. Atestar a Nota Fiscal e envio da mesma ao setor competente para o pagamento.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. Compromete-se a entregar o objeto licitatório requisitado de acordo com as especificações previstas nesse Termo de Referência, sendo por sua conta e risco as despesas decorrentes do cumprimento do objeto contratual e ainda;
- 9.2. Arcar com eventuais prejuízos causados ao processo e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da proposta;
- 9.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.
- 9.4. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidade apontadas pela contratante.
- 9.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimo e supressões que se fizerem necessários.
- 9.6. Cumprir as exigências da fiscalização para a perfeita execução do serviço;
- 9.7. Cumprir as exigências da legislação trabalhista e segurança do trabalho com a população locais;
- 9.8. Responsabilizar-se por todas as despesas (instalação, transporte, vigilância, seguros, combustível, alojamento, refeições e outros) e encargos trabalhista e outros inerentes aos serviços.
- 9.9. Atender prontamente às solicitações da contratante, por escrito quando for solicitada.
- 9.10. Cumprir rigorosamente com todas as exigências dispostas no Termo de Referência.
- 9.11. Quando se fizer necessário e por iniciativa da contratada, a mudança nas especificações ou substituição de algum material por seu equivalente deverá ser apresentada por escrito, à fiscalização, e autor dos projetos, minuciosamente justificado. As solicitações deverão ser feitas em tempo hábil para que não prejudiquem o andamento dos serviços, dando causa às possíveis prorrogações de prazo. Compete em última instância a Secretaria requisitante decidir a respeito da substituição.
- 9.12. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos financeiros com pessoal, trabalhistas, previdenciários (contribuição social) e tributos bem como as repartições Públicas e Instituições Arrecadoras dos encargos decorrentes da execução dos serviços, não transfere ao contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente contrato.
- 9.13. Obriga-se a contratada a providenciar, suas expensas, junto às repartições competentes, todas as licenças e qualquer documentação necessária à execução dos serviços contratados, responsabilizando-se, em qualquer tempo, com as consequências que a sua falta ou omissão acarretarem. Tais documentos deverão ser entregues ao contratante até a aceitação dos serviços.
- 9.14. Assumir integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, como também pelos danos decorrentes da realização dos mesmos.
- 9.15. Manter atualizada, durante a vigência do contrato, certidão negativa de débito - CND - quanto a tributos federais, estaduais e municipais, bem como das contribuições sociais e certificado de regularidade de FGTS, devidamente atualizadas junto ao setor de licitação da Prefeitura de Cataguases.
- 9.16. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação ou através da pessoa física.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1 As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).
- 10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa**:

(1) Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) de mais multas que poderão ser apuradas de acordo com a Lei 14.133/2021 em um eventual Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), quando necessário.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo determinado pela Comissão Processante, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.7 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

13.10 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.11 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Administração - UNIDADE: 02

ELEMENTO DE DESPESA: 65 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês ([art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: GESTOR DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

17.1 O contrato, ou instrumento equivalente oriundo desta contratação, terá Fiscal o servidor:

✓ Clarice Oliveira Leite Mendonça

17.2 Fica sobre a responsabilidade o Secretário responsável por cada secretaria a gestão do contrato que vai direcionar e acompanhar todo procedimento da empresa contratada juntamente com a fiscal do contrato.

17.3 Na ausência dos servidores que ocupam os cargos acima, os responsáveis tanto pela gestão quanto pela fiscalização serão os servidores que estiverem atuando em substituição aos referidos cargos.

17.4 Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

17.5 Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato etc.

17.6 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.7 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO ([art. 92, §1º](#))

19.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Cataguases (MG) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#). Cataguases, ____ de ____ de 2024.

Pregoeiro

Prefeito de Cataguases

Procurador Geral do Município

Testemunhas: _____



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO IV

Processo Licitatório nº 143/2024
Pregão Eletrônico nº 081/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO (Pessoa Jurídica)

nº _____ A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob o
_____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, para todos os efeitos legais que atende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no processo licitatório, sob pena das sanções cabíveis; (inciso I do art. 63 da Lei 14.133/21).

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO V

Processo Licitatório nº 143/2024
Pregão Eletrônico nº 081/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO (Pessoa Jurídica)

A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada _____ (endereço
_____ completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; (inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/21).

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO VI

Processo Licitatório nº 143/2024
Pregão Eletrônico nº 081/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO (Pessoa Jurídica)

A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada _____ (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas; (inciso IV & 1º do art. 63 da Lei 14.133/21).

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO VII

Processo Licitatório nº 143/2024
Pregão Eletrônico nº 081/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO (Pessoa Jurídica)

A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada _____ (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da lei, de que não possui em seu quadro de pessoal ou sócio/societário servidor do Poder Executivo Municipal nos termos do art. 9º, & 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO VIII

Processo Licitatório nº 143/2024
Pregão Eletrônico nº 081/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO (Pessoa Jurídica)

A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Chefe do Poder Executivo Municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 9º, & 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO IX

Processo Licitatório nº 143/2024
Pregão Eletrônico nº 081/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO (Pessoa Jurídica)

A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO X

Processo Licitatório nº 143/2024
Pregão Eletrônico nº 081/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO (Pessoa Jurídica)

A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada _____ (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, que nossa empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, Direta e Indireta, assim como não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera; e não existe fato impeditivo à nossa habilitação e contratação.

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO XI

Processo Licitatório nº 143/2024
Pregão Eletrônico nº 081/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO (Pessoa Jurídica)

A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada _____ (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, em cumprimento o art. 7º, inciso XXXIII da CF/88, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO XX

MODELO DE DECLARAÇÃO (Pessoa física)

ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Eu, _____ inscrito (a) no CPF sob o nº _____, DECLARO:

1- Pleno atendimento aos requisitos de habilitação, sob as penas da Lei, para todos os efeitos legais que atende plenamente os requisitos de habilitação exigidos, sob pena das sanções cabíveis; (inciso I do art. 63 da Lei 14.133/21).

2- Declaro, sob as penas da Lei, que não mantenho vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Chefe do Poder Executivo Municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 9º, & 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3- que não estou impedido (a) de contratar com a Administração Pública, Direta e Indireta, assim como não fui declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera; e não existe fato impeditivo à minha habilitação e contratação.

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável